

AUTODECLARAÇÃO EM DEBATE: EXPERIÊNCIA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO HUMANÍSTICA EM ODONTOLOGIA

SELF-REPORTED ON THE EXPERIENCE OF INTEGRATING EXTENSION ACTIVITIES INTO A DENTISTRY CURRICULUM TO PROMOTE

Submissão:
18/08/2026
Aceite:
09/10/2026

Márcia Cançado Figueiredo ¹  <https://orcid.org/0000-0002-4279-5417>

Bruna Buaes Carpes ²  <https://orcid.org/0009-0001-1047-693X>

Beatriz Daniele de Paiva Fraga ³  <https://orcid.org/0009-0005-4753-0978>

Mariana Cé Rossoni da Conceição ⁴  <https://orcid.org/0009-0005-8305-1384>

Gabriela Sehnem Cavalheiro ⁵  <https://orcid.org/0009-0005-4505-3709>

Tathiane Larissa Lenzi ⁶  <https://orcid.org/0000-0003-3568-5217>

Resumo

A curricularização da extensão promove a integração entre universidade e sociedade, contribuindo para a formação crítica e humanística. Este trabalho relata e sistematiza descritivamente a experiência da atividade extensionista “Autodeclaração em debate: uma estratégia interdisciplinar”, desenvolvida na Faculdade de Odontologia da UFRGS, abordando relações étnico-raciais, identidade e representatividade. Entre junho de 2024 e junho de 2026, 133 estudantes de Odontologia realizaram oficinas com 219 crianças participantes da Clínica Infantojuvenil, organizadas nas etapas “Refletir”, “Expressar” e “Compartilhar”, utilizando desenhos, autorretratos, diálogos e lápis em diferentes tonalidades de pele. Para a avaliação da atividade extensionista, foram utilizados questionários direcionados às crianças e aos estudantes, cujas informações foram sistematizadas de forma descritiva e agregada. Entre as crianças, 60,7% relataram nunca ter ouvido falar sobre raça ou etnia, 33,3% não souberam informar sua identificação étnico-racial e 58,45% consideraram mais bonitas as tonalidades de pele mais claras. Entre os estudantes, 57,9% avaliaram como bastante adequada a inclusão da extensão na formação acadêmica e 72,9% avaliaram da mesma forma a abordagem do tema racismo na Faculdade de Odontologia. A experiência evidenciou o potencial da curricularização da extensão para promover espaços de diálogo sobre relações étnico-raciais e contribuir para uma formação odontológica mais humanística, crítica e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Antirracismo; Extensão Universitária; Odontologia; Equidade em Saúde; Educação.

¹ Professora da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS mcf1958@gmail.com

² Acadêmica da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS bububuaes@gmail.com

³ Acadêmica da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS beatriz_danielle@hotmail.com

⁴ Acadêmica da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS mariross.odonto@gmail.com

⁵ Acadêmica da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS sehnemgabriela@gmail.com

⁶ Professora da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS tathiane.lenzi@ufrgs.br

Abstract

The insertion of extension activities into the university curricula promotes integration between the university and society, contributing to critical and humanistic education. This paper reports and systematically describes the experience of the extension activity Self-Declaration in Debate: An Interdisciplinary Strategy, developed at the School of Dentistry of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), which addressed ethnic-racial relations, identity, and representation. Between June 2024 and June 2026, 133 dental students conducted workshops with 219 children attending the Pediatric Dentistry Clinic. The activities were organized into three stages - Reflect, Express, and Share using drawings, self-portraits, dialogue, and colored pencils in different skin tones. To evaluate the extension activity, questionnaires were administered to the children and students, and the data were systematically organized and descriptively analyzed. Among the children, 60.7% reported that they had never heard of race or ethnicity, 33.3% were unable to identify their ethnic-racial identity, and 58.45% considered lighter skin tones to be more beautiful. Among the students, 57.9% considered the inclusion of extension activities in academic education to be highly appropriate, while 72.9% considered the approach to racism at the School of Dentistry to be highly appropriate. The experience demonstrated the potential of integrating extension activities into the university curricula to create spaces for dialogue on ethnic-racial relations and contribute to a more humanistic, critical, and socially committed dental education.

Keywords: Antiracism; University Extension; Dentistry; Health Equity; Education.

Introdução

A autodeclaração étnico-racial consiste no processo pelo qual o indivíduo identifica sua raça ou etnia, constituindo um importante instrumento de afirmação identitária e de promoção da equidade racial. Além de subsidiar políticas públicas, ações afirmativas e levantamentos demográficos, a autodeclaração pode atuar como mecanismo de proteção antidiscriminatória, ao privilegiar a identidade construída pelo próprio sujeito em detrimento de classificações impostas socialmente (Resadori; Rios, 2018). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota a autodeclaração como critério para a classificação de cor ou raça nos levantamentos censitários (IBGE, 2023).

Embora avanços importantes tenham sido alcançados nas políticas de promoção da igualdade racial, o racismo estrutural ainda influencia as relações sociais e os processos de construção da identidade étnico-racial desde a infância, contribuindo para a reprodução de estereótipos e desigualdades. Nesse contexto, a educação assume papel estratégico na valorização da diversidade, na promoção do respeito às diferenças e na formação de cidadãos críticos e socialmente comprometidos (Lei nº 10.639/2003), conforme Gomes (2005). Da mesma forma, a presença de diferentes grupos étnico-raciais em materiais, personagens e atividades educativas pode ampliar as possibilidades de identificação e representatividade das crianças, contribuindo para relações mais inclusivas e para uma percepção mais positiva da diversidade (Clark, 2019).

O racismo pode manifestar-se desde os primeiros anos da infância, influenciando as relações sociais, o reconhecimento das diferenças e os processos de construção da identidade étnico-racial. Revisões recentes evidenciam a ocorrência de práticas discriminatórias na Educação Infantil e ressaltam a necessidade de ampliar ações educativas voltadas à prevenção do racismo desde os primeiros anos de vida (Condini; Abrão, 2024; Vasconcelos et al., 2024). Nesse contexto, práticas pedagógicas antirracistas que possibilitem às crianças refletir sobre sua identidade, reconhecer diferentes características fenotípicas e ampliar suas referências de representatividade podem contribuir para processos mais positivos de construção identitária (Oliveira; Pereira; Rebeque, 2023; Correa; Silva Junior; Carvalho, 2022).

No ensino superior, a curricularização da extensão constitui uma estratégia para aproximar a formação acadêmica das demandas da sociedade, proporcionando aos estudantes experiências que articulam conhecimentos acadêmicos e realidade social e favorecem uma formação ética, humanística e cidadã (Uchôa; Paraguassú Chaves; Pereira, 2021). Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), essa política é regulamentada pela Resolução nº 75/2019 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), que estabelece a inserção das atividades extensionistas nos currículos dos cursos de graduação, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Inserida nesse contexto, a atividade extensionista intitulada “Autodeclaração em debate: uma estratégia interdisciplinar” foi desenvolvida junto às crianças atendidas na Clínica Infantojuvenil da Faculdade de Odontologia da UFRGS e conduzida por estudantes do oitavo semestre do curso de Odontologia. Por meio de atividades lúdicas e participativas voltadas à reflexão sobre identidade étnico-racial, autodeclaração e representatividade, a iniciativa buscou criar um espaço de diálogo com as crianças e, simultaneamente, proporcionar aos graduandos uma experiência formativa relacionada à educação antirracista, à humanização do cuidado e ao compromisso social da universidade.

Deste modo, o objetivo deste trabalho foi relatar e sistematizar descritivamente a experiência da atividade extensionista “Autodeclaração em debate: uma estratégia interdisciplinar”, desenvolvida entre junho de 2024 e junho de 2026, destacando suas contribuições para a abordagem das relações étnico-raciais junto às crianças atendidas e para a formação humanística dos estudantes de Odontologia no contexto da curricularização da extensão.

Metodologia

A atividade extensionista “Autodeclaração em debate: uma estratégia interdisciplinar” foi desenvolvida no âmbito da curricularização da extensão da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), envolvendo estudantes do oitavo semestre dos cursos diurno e noturno de Odontologia. A proposta teve como finalidade aproximar os acadêmicos das discussões sobre relações étnico-raciais por meio de uma experiência prática junto à comunidade, articulando formação acadêmica e atuação extensionista.

Antes do início das atividades em cada semestre, os estudantes participavam de um processo de preparação conduzido pelos docentes responsáveis pela ação extensionista. Essa etapa compreendia uma aula de estudo sobre relações étnico-raciais, identidade, autodeclaração, racismo estrutural e representatividade, fundamentada na literatura científica e na legislação vigente. Além disso, os acadêmicos recebiam treinamento para a condução das oficinas, incluindo a discussão do roteiro das atividades, a utilização dos materiais educativos, a abordagem das crianças e de seus responsáveis e a aplicação do questionário. Esse momento de formação buscou proporcionar maior segurança aos

extensionistas, uniformizar a condução das atividades e estimular uma postura crítica, ética e humanizada diante das questões relacionadas à diversidade e à equidade racial. A preparação também favoreceu o desenvolvimento de competências relacionadas à comunicação, à escuta qualificada, ao respeito às diferenças e ao cuidado humanizado.

As atividades foram realizadas entre junho de 2024 e junho de 2026, na sala de espera da Clínica Infantojuvenil do Hospital de Ensino Odontológico (HEO), envolvendo crianças de 6 a 12 anos que aguardavam atendimento odontológico. A cada semestre, participaram aproximadamente 50 a 60 crianças. Os responsáveis eram abordados verbalmente pelos estudantes extensionistas na chegada à sala de espera e convidados a conhecer a atividade extensionista e a participar dela. Após a explicação sobre a proposta, a participação da criança ocorria mediante concordância verbal do responsável e a disposição da criança em participar. Foram incluídas as crianças que aguardavam atendimento na clínica e que aceitaram participar da atividade. A utilização da sala de espera possibilitou transformar o período de espera em uma oportunidade de acolhimento, diálogo e aprendizagem, favorecendo ações educativas relacionadas à cidadania, à identidade étnico-racial e à equidade racial (Figura 1).

Figura 1- Atividades da extensão realizadas na sala de espera do Hospital de Ensino Odontológico (HEO) com crianças de 6 a 12 anos.



Fonte: Autores (2026)

A atividade extensionista foi estruturada em três etapas sequenciais — “Refletir”, “Expressar” e “Compartilhar” —, concebidas como uma estratégia pedagógica participativa para abordar questões relacionadas à identidade étnico-racial, à diversidade e à representatividade. Na primeira etapa, “Refletir”, os estudantes extensionistas iniciavam o diálogo com as crianças por meio de perguntas e situações relacionadas à percepção de raça, etnia, características físicas, identidade e diferenças entre as pessoas. Na segunda etapa, “Expressar”, as crianças eram convidadas a representar suas percepções por meio de desenhos, autorretratos e da escolha de lápis de cor em diferentes tonalidades de pele, favorecendo a expressão de suas próprias concepções e experiências. Na terceira etapa, “Compartilhar”, as crianças eram estimuladas, de acordo com sua disposição, a apresentar e comentar suas produções, possibilitando o diálogo coletivo, a valorização das diferentes características e a reflexão sobre identidade, representatividade e diversidade. Essa organização em três etapas permitiu articular diálogo, expressão artística e compartilhamento de experiências, transformando a atividade extensionista em um espaço participativo de aprendizagem e reflexão.

Como estratégia pedagógica, foram utilizados lápis de cor com diferentes tonalidades de pele, permitindo que as crianças identificassem características relacionadas à própria aparência e refletissem sobre a diversidade étnico-racial de forma lúdica e participativa (Figura 1). Durante as atividades, também foram abordados temas como história e identidade étnico-racial, personalidades negras de destaque, povos indígenas na contemporaneidade, referências da cultura brasileira e a importância da representatividade na construção de referências identitárias e no reconhecimento da diversidade.

Para a avaliação da atividade extensionista ao longo dos quatro semestres consecutivos de desenvolvimento, foram utilizados dois questionários distintos, um direcionado às crianças participantes e outro aos estudantes extensionistas. Os instrumentos foram elaborados com finalidade educativa e diagnóstica da própria atividade, buscando conhecer as percepções dos participantes sobre os temas abordados nas oficinas e subsidiar a avaliação da ação extensionista. Não foram concebidos, no período de sua aplicação, como instrumentos destinados à realização de pesquisa científica.

O instrumento destinado às crianças foi adaptado de Rocha e Rosenberg (2007), com redução do número de questões em relação ao instrumento original, de modo a adequá-lo à faixa etária dos participantes e ao contexto da atividade extensionista. O questionário foi composto por 15 questões, abordando características fenotípicas, percepção da própria aparência, identificação étnico-racial, representatividade e percepção sobre diferentes tonalidades de pele. Entre as questões, foram incluídas perguntas sobre a cor do cabelo, dos olhos e da pele da própria criança e de seus pais; a tonalidade de lápis de cor que mais se aproximava de sua pele; a tonalidade considerada mais bonita; personagens, princesas e/ou super-heróis com os quais a criança se identificava ou gostaria de se identificar; e conhecimento prévio sobre raça. A identificação étnico-racial foi investigada por meio de questão específica de autodeclaração.

O questionário foi aplicado individualmente pelos estudantes extensionistas durante a atividade, de forma presencial, podendo a criança responder com a presença de seu acompanhante. As respostas eram registradas conforme a manifestação da criança. Quando o participante não sabia responder a determinada questão, era registrada a opção “não soube responder”, sem indução ou direcionamento da resposta.

Para os estudantes extensionistas, foi utilizado um segundo questionário, composto por 13 questões, destinado a avaliar sua percepção sobre a atividade e sua contribuição para a formação acadêmica. As questões abordaram a avaliação geral da extensão; a inserção da atividade na curri-

cularização da extensão na Clínica Infantojuvenil; a adequação dos recursos audiovisuais utilizados; as principais contribuições da experiência; a adequação do espaço físico ao número de estudantes e pacientes; a pertinência da atividade para a população-alvo; e a percepção sobre possível contribuição da atividade para a redução da ansiedade da criança antes do atendimento.

Antes de sua utilização, o instrumento destinado aos estudantes foi submetido a processo de validação quanto à clareza e à adequação das questões à população-alvo, sendo realizados os ajustes necessários para sua aplicação no contexto da atividade extensionista. Os dados produzidos no contexto da avaliação da atividade foram organizados em planilha eletrônica e sistematizados por meio de frequências absolutas e relativas. Os resultados foram apresentados de forma agregada, sem identificação individual dos participantes.

A atividade extensionista “Autodeclaração em debate: uma estratégia interdisciplinar presencial e virtual” foi aprovada pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROEXT/UFRGS), sob o número 60039. Desde sua concepção e durante sua execução, a atividade teve caráter exclusivamente extensionista e educativo, sendo desenvolvida com a finalidade de promover a reflexão sobre identidade étnico-racial, autodeclaração, representatividade e diversidade, bem como contribuir para a formação humanística dos estudantes de Odontologia. Os questionários utilizados foram concebidos, no período de realização da atividade, como instrumentos de avaliação e diagnóstico da própria ação extensionista, e não como instrumentos de pesquisa científica. A sistematização e divulgação posterior da experiência neste manuscrito ocorreram após o desenvolvimento das atividades e não correspondem a um projeto de pesquisa previamente planejado. Dessa forma, os dados apresentados neste relato correspondem à sistematização descritiva e agregada das informações produzidas no contexto da ação extensionista, sem identificação individual dos participantes. A atividade foi realizada de acordo com os procedimentos institucionais aplicáveis às ações de extensão da UFRGS.

Resultados

Ao longo de quatro semestres de desenvolvimento da atividade extensionista, participaram das oficinas 219 crianças atendidas na Clínica Infantojuvenil do Hospital de Ensino Odontológico da UFRGS, sendo 38,5% do sexo masculino e 61,5% do feminino, com idades entre 6 e 12 anos. A distribuição etária foi de 28,3% com 8 anos, 20,5% com 9 anos, 18,3% com 6 anos, 17,8% com 7 anos, 8,2% com 10 anos, 3,7% com 11 anos e 0,9% com 12 anos. Participaram também 133 estudantes do oitavo semestre dos cursos diurno e noturno de Odontologia, que realizaram as atividades extensionistas.

Entre as crianças, 60,7% relataram nunca ter ouvido falar sobre raça ou etnia, enquanto 37,8% afirmaram já ter tido contato com essa temática, mas não compreender muito bem o seu significado, e 1,5% não souberam responder. Em relação à autodeclaração étnico-racial, 33,3% informaram não saber com qual raça se identificavam. Entre aquelas que realizaram a autodeclaração, 21,0% se identificaram como pardas, 21,0% como brancas, 13,2% como pretas, 3,2% como indígenas e 1,8% não se identificaram com nenhuma raça (Tabela 1).

Tabela 1 – Resultados das respostas das crianças à questão: “Com qual raça você se identifica?”

RAÇA QUE SE IDENTIFICA	QUANTIDADE	PORTCENTAGEM
AMARELO	1	0,5%
PRETO	29	13,2
PARDO	46	21%
BRANCO	46	21%
INDÍGENA	7	3,2%
OUTROS	1	0,5%
NÃO SE IDENTIFICA COM NENHUM	4	1,8%
NÃO SABE	73	33,3%
NÃO RESPONDEU	12	5,5%
TOTAL	219	100%

Fonte: Autores (2026)

Em relação à pergunta sobre a própria cor da pele, 27,9% das crianças afirmaram ser brancas, 18,7% pardas, 9,5% marrons, 16,9% pretas e 3,7% beges, enquanto 11,0% não souberam responder. Quanto à percepção sobre a cor da pele da mãe, 40,6% relataram que ela era branca, 18,7% parda e 17,8% preta. Em relação à cor da pele do pai, 28,8% relataram que era branca, 24,7% que era preta e 16,4% que era parda.

No que se refere à representatividade e à percepção sobre as tonalidades de pele, 58,45% das crianças apontaram as tonalidades mais claras dos lápis de cor como as mais bonitas. O material utilizado apresentava uma classificação numérica crescente, na qual os códigos de T1 a T4 correspondiam às tonalidades mais claras e, à medida que a numeração aumentava, as tonalidades apresentavam maior pigmentação, representando tons de pele progressivamente mais escuros (Tabela 2).

Tabela 2 – Resultados das respostas das crianças à questão: “Qual lápis de cor você acha mais bonito?”

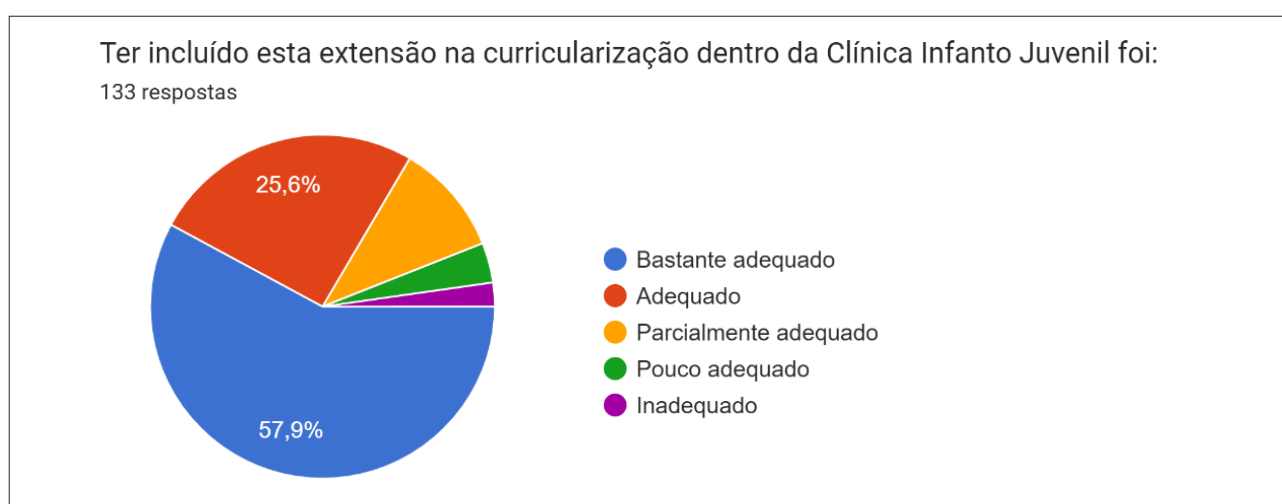
COR MAIS BONITA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1	35	16%
2	35	16%
3	20	9,1%
4	14	6,4%
5	22	10%
6	12	5,5%
7	16	7,3%
8	13	5,9%
9	11	5%
10	13	5,9%
11	9	4,1%
12	11	5%
NÃO SABE	2	0,9%
NENHUM	1	0,5%
TODOS	5	2,28%
TOTAL	219	100%

Fonte: Autores (2026)

As crianças indicaram diferentes personagens como aqueles que gostariam de representar, incluindo personagens com diferentes origens étnico-raciais e características físicas. Entre os motivos mencionados para a escolha estavam beleza, força, coragem, poderes, aparência e capacidade de ajudar outras pessoas.

Ao final dos quatro semestres, os 133 estudantes extensionistas responderam a um questionário eletrônico sobre sua experiência na atividade. Em relação à inclusão da atividade na curricularização da extensão na Clínica Infantojuvenil, 57,9% consideraram essa inserção bastante adequada, 25,6% adequada, 10,5% parcialmente adequada, 3,8% pouco adequada e 2,3% inadequada. Os estudantes destacaram contribuições da experiência para sua formação cultural, profissional e pessoal (Gráfico 1).

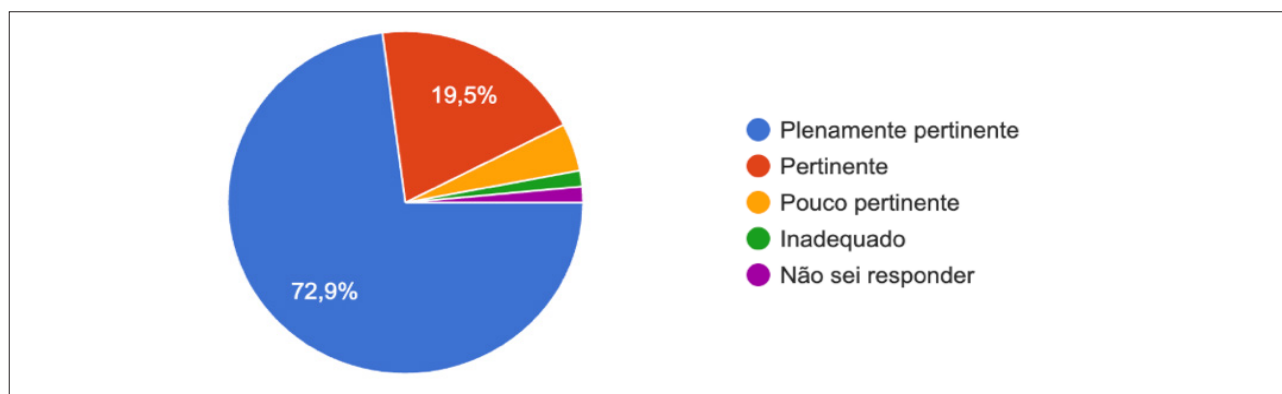
Gráfico 1 – Resultados das respostas dos acadêmicos extensionistas à questão: “Ter incluído esta extensão na curricularização dentro da Clínica Infantojuvenil foi:”



Fonte: Autores (2026)

Quanto à pertinência da abordagem do tema “Racismo” na Faculdade de Odontologia da UFRGS, 72,9% dos estudantes a consideraram bastante adequada, 19,5% pertinente, 4,5% pouco pertinente, 1,5% inadequada e uma parcela não soube responder (Gráfico 2).

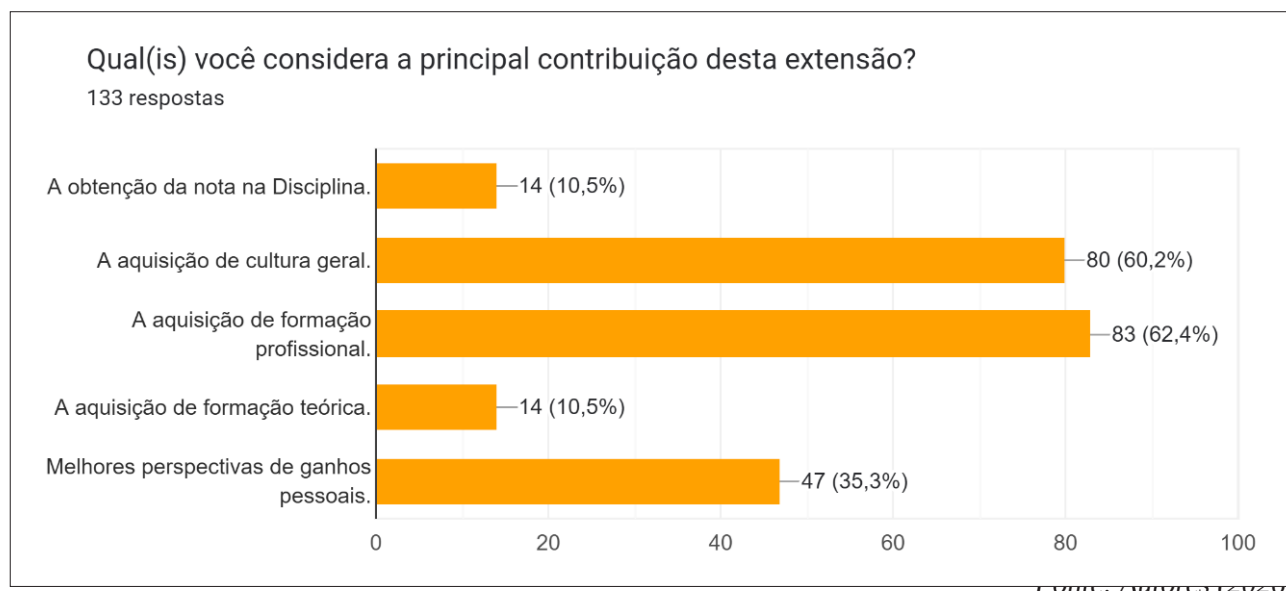
Gráfico 2 – Percepção dos acadêmicos extensionistas sobre a pertinência da abordagem do tema “Racismo” na Faculdade de Odontologia da UFRGS.



Fonte: Autores (2026)

Em relação às principais contribuições atribuídas à atividade extensionista, 62,4% dos estudantes indicaram a aquisição de formação profissional, 60,2% a aquisição de cultura geral, 35,3% melhores perspectivas de ganhos pessoais, e 10,5% a aquisição de formação teórica e obtenção de nota na disciplina (Gráfico 3). Como a questão permitia a indicação de mais de uma alternativa, os percentuais não totalizam 100%.

Gráfico 3 – Percepção dos acadêmicos extensionistas sobre as principais contribuições da atividade extensionista.



Interessante ressaltar que, na avaliação dos estudantes, 78,2% relataram perceber mudanças no comportamento das crianças durante o atendimento odontológico após a participação nas atividades extensionistas, especialmente no sentido de percebê-las mais tranquilas na cadeira odontológica. Esse resultado representa a percepção dos acadêmicos extensionistas, não tendo sido realizada mensuração objetiva da ansiedade ou do comportamento das crianças antes e após a atividade.

Quanto à organização da atividade, 85,5% dos estudantes consideraram adequado o tempo destinado à realização das atividades propostas, enquanto 97,7% avaliaram como adequada a preparação recebida para a condução das atividades extensionistas.

Discussão

Os resultados desta experiência evidenciam o potencial da atividade extensionista “Autodeclaração em debate: uma estratégia interdisciplinar” como espaço de reflexão sobre identidade étnico-racial tanto para as crianças atendidas quanto para os estudantes de Odontologia. Mais do que uma atividade educativa realizada em um cenário de atendimento odontológico, a experiência possibilitou uma interação entre universidade e comunidade na qual conhecimentos acadêmicos foram mobilizados para abordar uma questão social relevante, ao mesmo tempo em que as percepções e experiências das crianças passaram a constituir elementos importantes para a formação dos estudantes. Essa perspectiva aproxima-se da concepção de extensão curricularizada como componente formativo capaz de articular conhecimento acadêmico, realidade social e compromisso com a transformação da sociedade (Fontenele, 2024; Capella; Guedes, 2026).

A curricularização da extensão, nesse sentido, ultrapassa o cumprimento de uma exigência normativa quando proporciona ao estudante experiências concretas de aprendizagem e contato direto com diferentes realidades sociais. Na experiência relatada, essa aproximação foi precedida por uma preparação acadêmica sobre relações étnico-raciais, identidade, autodeclaração, racismo estrutural e representatividade. A formação teórica foi posteriormente confrontada com situações reais, nas quais os estudantes precisaram adaptar sua linguagem, acolher diferentes manifestações das crianças e abordar um tema socialmente sensível de maneira ética e humanizada. Esse movimento entre preparação acadêmica e experiência concreta constitui uma dimensão importante da extensão na formação profissional, uma vez que permite que conhecimentos sejam reinterpretados à luz das situações vivenciadas no território e na comunidade.

Entre as crianças participantes, 60,7% relataram nunca ter ouvido falar sobre raça ou etnia e 33,3% não souberam informar com qual raça se identificavam. Esses resultados dialogam com a literatura que aponta a importância de ampliar as discussões sobre relações étnico-raciais desde a infância, considerando que processos de construção da identidade ocorrem em interação com experiências familiares, escolares, culturais e sociais (Condini; Abrão, 2024; Vasconcelos et al., 2024). Nesse sentido, a experiência extensionista possibilitou identificar uma necessidade educativa concreta da população atendida e, simultaneamente, oferecer aos estudantes uma oportunidade de compreender como essas questões podem se manifestar no cotidiano.

A dificuldade apresentada por parte das crianças em realizar sua própria identificação étnico-racial também merece atenção. A autodeclaração não constitui apenas uma resposta classificatória, mas está relacionada a processos de construção e reconhecimento da identidade. No contexto brasileiro, em que as categorias de cor ou raça são historicamente atravessadas por desigualdades e relações de poder, possibilitar que a criança reflita sobre suas características e sobre sua identidade pode representar uma oportunidade educativa importante. Entretanto, a atividade não teve como finalidade induzir ou produzir determinada identificação. Ao contrário, a possibilidade de responder “não soube responder” foi preservada, respeitando a manifestação da criança e evitando direcionamentos. Dessa forma, o próprio desconhecimento ou a dificuldade de resposta tornou-se uma informação relevante para a reflexão sobre a necessidade de ampliar espaços de diálogo sobre diversidade e identidade étnico-racial (Albritton et al., 2024).

Outro resultado que merece destaque foi a preferência de 58,45% das crianças por tonalidades de pele mais claras como as mais bonitas. Esse achado requer interpretação cuidadosa. Os dados não permitem afirmar a existência de racismo internalizado, tampouco estabelecer que determinada preferência tenha sido causada por experiências específicas ou pela exposição a determinados padrões de representação. Entretanto, a preferência por tonalidades mais claras pode ser discutida à luz da presença histórica de padrões de beleza racializados e da importância da representatividade nos processos de construção identitária. A literatura destaca a importância da representação da diversidade racial nos conteúdos destinados às crianças, especialmente pela possibilidade de ampliar suas referências e formas de identificação (Clark, 2019). Assim, o resultado observado constitui um elemento importante para problematizar quais referências de beleza, aparência e representatividade estão disponíveis às crianças em seus diferentes espaços de socialização.

As estratégias pedagógicas utilizadas – desenhos, autorretratos, diálogo e lápis de cor em diferentes tonalidades de pele – mostraram-se particularmente adequadas ao contexto da atividade, pois possibilitaram abordar uma temática complexa por meio de recursos acessíveis à faixa etária. A

organização em três momentos, “Refletir”, “Expressar” e “Compartilhar”, favoreceu uma sequência pedagógica que partia do diálogo, passava pela expressão individual e chegava, quando havia interesse da criança, ao compartilhamento de percepções e experiências. O caráter lúdico não significou simplificação da temática, mas constituiu uma estratégia para possibilitar que questões relacionadas à identidade, à aparência, à diferença e à representatividade fossem discutidas de maneira compatível com o universo infantil. Essa perspectiva encontra respaldo em estudos que destacam o potencial das experiências lúdicas para a construção da identidade étnico-racial e para o desenvolvimento de práticas educativas antirracistas (Barros, 2024).

A escolha da sala de espera como local para o desenvolvimento da atividade também representa um aspecto relevante da experiência. Tradicionalmente associada a um período de espera anterior ao atendimento, a sala de espera foi ressignificada como espaço de acolhimento, diálogo, educação e convivência. Essa utilização do ambiente permitiu ampliar a compreensão do cuidado odontológico para além do procedimento clínico, incorporando aspectos relacionados à comunicação, ao vínculo, à singularidade dos indivíduos e ao contexto social em que estão inseridos. Para a Odontologia, essa perspectiva é especialmente relevante, pois a relação profissional-paciente exige não apenas domínio técnico, mas também capacidade de comunicação, escuta e compreensão das diferentes necessidades das pessoas atendidas.

A experiência também permitiu aproximar a abordagem das relações étnico-raciais da prática cotidiana da clínica universitária. Ao inserir a temática em um espaço destinado ao atendimento de crianças, foi possível demonstrar aos estudantes que questões relacionadas à diversidade, identidade e equidade não estão dissociadas do cuidado em saúde. Pelo contrário, fazem parte do contexto social no qual o cuidado é produzido. Essa compreensão contribui para ampliar a formação odontológica para além da dimensão técnico-científica, incorporando aspectos relacionados à humanização, à equidade e ao reconhecimento das singularidades dos usuários.

Os resultados obtidos junto aos estudantes reforçam essa dimensão formativa. A maioria considerou adequada a inserção da atividade na curricularização da extensão e pertinente a abordagem do tema “Racismo” na Faculdade de Odontologia. Além disso, 62,4% indicaram a aquisição de formação profissional como uma das principais contribuições da atividade, enquanto 60,2% apontaram a aquisição de cultura geral. Esses resultados sugerem que os próprios estudantes reconheceram a experiência como parte significativa de sua formação, não apenas pela aquisição de conteúdos específicos, mas pela possibilidade de vivenciar situações que exigiram comunicação, escuta, reflexão e interação com a comunidade.

Essa aprendizagem foi diferente daquela produzida exclusivamente em atividades teóricas. Embora a preparação oferecida pelos docentes tenha fornecido fundamentos conceituais e orientações metodológicas, a interação com as crianças introduziu situações concretas que exigiram dos estudantes capacidade de adaptação. As dúvidas apresentadas pelas crianças, suas diferentes formas de compreender as perguntas, suas escolhas e suas manifestações espontâneas demandaram dos acadêmicos uma postura de escuta e respeito. Dessa maneira, a extensão constituiu um espaço de aprendizagem experiencial, no qual o conhecimento acadêmico foi colocado em diálogo com situações concretas e com diferentes formas de perceber e expressar a realidade.

Esse aspecto é particularmente importante para a formação humanística em Odontologia. O profissional de saúde atua diante de pessoas com histórias, características, experiências e contextos sociais distintos. A formação exclusivamente centrada em competências técnicas pode não ser sufi-

ciente para preparar o estudante para lidar com a diversidade presente nos serviços de saúde. Experiências extensionistas que promovem contato direto com a comunidade podem contribuir para desenvolver competências relacionais e éticas, favorecendo uma compreensão mais ampla do processo de cuidado e das responsabilidades sociais inerentes à profissão.

O fato de 78,2% dos estudantes relatarem ter percebido mudanças no comportamento das crianças após a atividade, especialmente no sentido de percebê-las mais tranquilas na cadeira odontológica, também merece consideração. Entretanto, esse resultado deve ser interpretado como uma percepção dos acadêmicos, e não como evidência objetiva de redução da ansiedade ou de alteração comportamental. Não foi utilizada uma escala específica nem realizada avaliação antes e após a atividade. Assim, não é possível estabelecer relação causal entre a participação na oficina e o comportamento observado posteriormente. Ainda assim, a percepção dos estudantes indica que a criação de um ambiente mais acolhedor durante o período de espera pode ter sido relevante para a experiência das crianças no serviço odontológico e constitui uma possibilidade a ser investigada em estudos futuros com instrumentos específicos de avaliação.

A elevada proporção de estudantes que considerou adequada a preparação recebida para a atividade (97,7%) reforça, por sua vez, a importância da formação prévia para ações extensionistas que envolvem temas socialmente sensíveis. A preparação não se restringiu ao conteúdo teórico, incluindo também a discussão do roteiro, dos materiais, da abordagem das crianças e de seus responsáveis e dos procedimentos para aplicação dos instrumentos de avaliação. Esse planejamento parece ter contribuído para oferecer maior segurança aos estudantes diante de situações que poderiam suscitar dúvidas ou diferentes interpretações. Para ações extensionistas que envolvam relações étnico-raciais, essa preparação é particularmente importante, pois requer dos participantes não apenas conhecimento conceitual, mas também capacidade de escuta, respeito à diversidade e cuidado para não reproduzir estereótipos ou induzir respostas.

Outro aspecto relevante é que a experiência não deve ser compreendida como um processo unilateral de transmissão de conhecimento da universidade para a comunidade. As respostas e manifestações das crianças produziram informações que permitiram aos estudantes reconhecer diferentes formas de compreender identidade, raça, aparência e representatividade. Nesse sentido, a comunidade ocupou posição ativa no processo educativo, contribuindo para que os acadêmicos confrontassem seus conhecimentos prévios com situações concretas. A extensão assumiu, portanto, uma dimensão dialógica, na qual universidade e comunidade participam de um processo de aprendizagem recíproca.

Essa dimensão dialógica também pode contribuir para o aperfeiçoamento das próprias práticas acadêmicas. As experiências vivenciadas durante as oficinas, as dificuldades apresentadas pelas crianças e as percepções dos estudantes podem subsidiar reflexões posteriores sobre conteúdos curriculares, estratégias pedagógicas e formas de organização das atividades extensionistas. Dessa maneira, a experiência pode produzir efeitos formativos que ultrapassem o momento específico da oficina, ao estimular a universidade a reconhecer demandas sociais concretas e refletir sobre sua própria atuação.

Essa perspectiva está em consonância com os princípios da curricularização da extensão estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária, Resolução CNE/CES nº 7/2018) e com as diretrizes institucionais da UFRGS, particularmente com a Resolução nº 75/2019, ao aproximar a formação acadêmica das demandas da sociedade e promover uma relação mais direta entre universidade e comunidade. Nesse contexto, a extensão não se limita a uma atividade complementar ao currículo, mas constitui uma possibilidade de aprendizagem situada e de formação cidadã. No presente

trabalho, essa articulação ocorreu especialmente entre ensino e extensão, por meio da preparação acadêmica dos estudantes e de sua aplicação prática junto à comunidade.

No campo da Odontologia, a inserção de experiências relacionadas às relações étnico-raciais pode ampliar a compreensão do processo saúde-doença e das desigualdades que atravessam o cuidado. Questões relacionadas à diversidade, à equidade e aos determinantes sociais da saúde fazem parte do contexto no qual os profissionais irão atuar. A aproximação dos estudantes com essas dimensões durante a graduação pode favorecer uma formação mais sensível às singularidades dos indivíduos e das comunidades e contribuir para práticas profissionais mais humanizadas e inclusivas, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde.

Apesar das contribuições observadas, os resultados devem ser interpretados considerando as características e limitações da experiência. Trata-se de um relato de experiência extensionista desenvolvido em uma clínica universitária, com crianças que aguardavam atendimento odontológico, o que limita a possibilidade de transferência dos achados para outros contextos. Além disso, os questionários foram utilizados com finalidade educativa e diagnóstica da própria atividade, e os dados foram sistematizados por meio de frequências absolutas e relativas. Não houve delineamento experimental, grupo de comparação, avaliação longitudinal ou instrumentos específicos para mensuração de mudanças de conhecimento, atitudes, ansiedade ou comportamento. Dessa forma, os resultados não permitem estabelecer relações causais nem afirmar que as percepções identificadas decorreram exclusivamente da participação na atividade.

Outra limitação refere-se à própria natureza das respostas obtidas com crianças, especialmente em questões relacionadas à identificação étnico-racial e à percepção de tonalidades de pele. As respostas podem ser influenciadas pela idade, pelo desenvolvimento cognitivo, pelo contexto familiar e social e pela forma como os conceitos são apresentados e compreendidos. Por essa razão, os resultados devem ser compreendidos como informações produzidas no contexto específico da atividade e não como representação da população infantil em geral.

Mesmo considerando essas limitações, a sistematização da experiência possui relevância por documentar uma possibilidade concreta de inserção das relações étnico-raciais na formação odontológica por meio da curricularização da extensão. Os dados produzidos permitiram identificar questões que merecem atenção pedagógica, ao mesmo tempo em que demonstraram que os estudantes reconhecem valor formativo na aproximação com a comunidade e na discussão de temas relacionados à diversidade e ao racismo.

Assim, a experiência “Autodeclaração em debate: uma estratégia interdisciplinar” evidencia a extensão como processo formativo construído na interação entre universidade, estudantes e comunidade. A universidade ofereceu conhecimentos, preparação e recursos pedagógicos; os estudantes transformaram esses conhecimentos em práticas de diálogo, escuta e educação; e as crianças participantes, por meio de suas experiências e percepções, contribuíram para ampliar a compreensão dos acadêmicos sobre identidade, diversidade e representatividade. Esse movimento bidirecional constitui uma das principais contribuições da experiência.

Mais do que inserir uma atividade sobre relações étnico-raciais no currículo de Odontologia, a experiência demonstrou a possibilidade de criar um espaço no qual formação acadêmica, extensão e realidade social se encontram. Ao reconhecer a comunidade como participante ativa do processo educativo, a curricularização da extensão pode contribuir para uma formação profissional que, além da competência técnico-científica, valorize a ética, a diversidade, a equidade, a escuta e o compromisso

social. Nesse sentido, a experiência reforça o papel da universidade pública como instituição que não apenas compartilha conhecimentos com a sociedade, mas também aprende com ela e, a partir dessa interação, pode aperfeiçoar suas práticas formativas e extensionistas.

Conclusão

A experiência da atividade extensionista “Autodeclaração em debate: uma estratégia interdisciplinar” evidenciou o potencial da curricularização da extensão como estratégia de formação acadêmica comprometida com a responsabilidade social, a equidade e a valorização da diversidade. A iniciativa possibilitou aproximar universidade, estudantes e comunidade por meio de atividades educativas e participativas sobre identidade étnico-racial, representatividade e respeito às diferenças.

Entre as crianças participantes, foram identificadas lacunas no conhecimento sobre raça, etnia e autodeclaração, além de percepções relacionadas à representatividade e às tonalidades de pele. Esses achados reforçam a relevância de espaços educativos que possibilitem o diálogo sobre diversidade e relações étnico-raciais desde a infância, sem que os resultados sejam interpretados como evidência de relações causais ou de mudanças decorrentes exclusivamente da atividade.

Para os estudantes de Odontologia, a experiência proporcionou contato direto com uma questão social relevante e favoreceu aprendizagens relacionadas à comunicação, à escuta, à empatia, à reflexão crítica e ao compromisso social. A atividade também demonstrou que a sala de espera de uma clínica universitária pode ser utilizada como espaço de acolhimento, educação e construção compartilhada de conhecimentos.

Conclui-se que a curricularização da extensão, quando articulada a demandas concretas da comunidade, pode contribuir para uma formação odontológica que ultrapasse a dimensão técnico-clínica e incorpore princípios de equidade, inclusão, diversidade e cuidado humanizado. A experiência reafirma, ainda, o caráter dialógico da extensão universitária, na medida em que a universidade não apenas compartilha conhecimentos com a comunidade, mas também aprende com suas experiências e percepções, retroalimentando o processo formativo dos estudantes.

Referências

- ALBRITTON, K.; STUCKEY, A.; KLATKA, K.; CRUZ, K. Systematic review of culturally adapted SEL interventions for racially and ethnically minoritized preschool children. *Journal of School Psychology*, v. 106, 101344, 2024. DOI: 10.1016/j.jsp.2024.101344.
- BARROS, I. N. M. Abayomi: uma revisão teórica do brincar e identidade racial na Educação Infantil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, v. 15, n. 43, p. 9-33, 2024. DOI: 10.31418/2177-2770.2024.v.15.n.43.p.9-33.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 6 set. 2026.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/CNE_RES_CNE-CESN72018.pdf. Acesso em: 6 set. 2026.
- CAPELLA, A. C. N.; GUEDES, M. M. F. F. Desafios e estratégias na implementação da curricularização da extensão na educação superior: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Conexão UEPG*, v. 22, e25961, 2026. DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v.22.25961.019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/25961>. Acesso em: 6 set. 2026.
- CLARK, K. A. Seeing is believing: racial diversity in children’s media. In: DONOHUE, C. (ed.). *Exploring key issues in early childhood and technology: evolving perspectives and innovative approaches*. London: Routledge, 2019. p. 37-41.
- CONDINI, L. P.; ABRÃO, J. L. F. Relações étnico-raciais na Educação Infantil: uma revisão sistemática de literatura. *Psicologia em Pesquisa*, v. 18, n. 1, p. 1-31, 2024. DOI: 10.34019/1982-1247.2024.v1.37419. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/37419>. Acesso em: 6 set. 2026.
- CORREA, A. G.; SILVA JUNIOR, P. M.; CARVALHO, É. L. Quando a representatividade importa: reflexões sobre racismo, valorização identitária negra e Educação Básica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-17, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19407.092. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19407>. Acesso em: 6 set. 2026.
- FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 27, e97067, 2024. DOI: 10.1590/1982-0259.2024.e97067. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gFvkWgJTdRjdrJfyNqF3LPt/>. Acesso em: 6 set. 2026.
- GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/2003*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ro: IBGE, 2023. 82 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf. Acesso em: 6 set. 2026.

OLIVEIRA, J. P. S. G.; PEREIRA, V. G.; REBEQUE, P. L. Ei, você! Qual é a sua cor?: práxis antirracista e a construção da identidade na educação infantil. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 25, n. 48, p. 1005-1024, 2023. DOI: 10.5007/1980-4512.2023.e94494.

RESADORI, A. H.; RIOS, R. R. Identidades de gênero e o debate étnico-racial no direito brasileiro: autodeclaração como técnica de proteção antidiscriminatória. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 10-25, 2018. DOI: 10.15448/1984-7289.2018.1.27956. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/27956>. Acesso em: 6 set. 2026.

ROCHA, E. J.; ROSEMBERG, F. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 759-799, 2007. DOI: 10.1590/S0100-15742007000300012. Disponível em: <https://publicacoesfcc.emnuvens.com.br/cp/article/view/351>. Acesso em: 6 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 75, de 4 de dezembro de 2019. Aprova as normas gerais para atividades de extensão universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cepe/wp-content/uploads/2023/12/Res-75-Normas-Gerais-para-Atividades-de-Extensao-Alterada-37-2023.pdf>. Acesso em: 6 set. 2026.

UCHÔA, M. M. R.; PARAGUASSÚ CHAVES, C. A.; PEREIRA, C. E. Currículo e culturas: a Educação Antirracista como direito humano. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 22, p. 61-72, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.61610. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/61610>. Acesso em: 6 set. 2026.

VASCONCELOS, D. C.; SOUSA, Q. R. M.; PEREIRA, A. C. A.; SILVA, J. A. Racismo na educação infantil: uma revisão sistemática. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 41, e210197, 2024. DOI: 10.1590/1982-0275202441e210197. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e210197>. Acesso em: 6 set. 2026.

UCHÔA, M. M. R.; PARAGUASSÚ CHAVES, C. A.; PEREIRA, C. E. Currículo e culturas: a Educação Antirracista como direito humano. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 22, p. 61-72, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.61610. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/61610>. Acesso em: 1 ago. 2026.

VASCONCELOS, D. C.; SOUSA, Q. R. M.; PEREIRA, A. C. A.; SILVA, J. A. Racismo na educação infantil: uma revisão sistemática. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 41, e210197, 2024. DOI: 10.1590/1982-0275202441e210197.